

**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE EM 30-04-2019, ÀS 13 HORAS.**

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

O Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A.:

Considerando que:

Em conformidade às Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, com apresentação de Lucro Líquido de R\$534.870 mil e R\$99.076 mil de saldo negativo de lucros acumulados referentes aos efeitos do ajuste da adoção inicial do pronunciamento contábil CPC 48 (Instrumentos Financeiros), compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia.

Do lucro líquido apurado no exercício, 50% deverão ser distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios.

Parcela remanescente do lucro não distribuído aos acionistas poderá ser retida em reserva de lucros específica, conforme previsto na Lei da SA.

Conforme previsto no Estatuto, os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários deverão ser pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento. Mas considerando os compromissos financeiros da Companhia, será proposto à Assembleia Geral o pagamento dos dividendos até 30 de dezembro de 2019.

Vem propor a V. Sas. autorização para que ao Lucro Líquido de 2018, no montante de R\$534.870 mil e R\$99.076 mil de saldo negativo de lucros acumulados referentes aos efeitos do ajuste da adoção inicial do pronunciamento contábil CPC 48 (Instrumentos Financeiros) seja dada a seguinte destinação:

- a) R\$26.744 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva legal;
- b) R\$100.000 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de juros sobre o capital próprio (“JCP”);
- c) R\$182.435 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- d) R\$9.237 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2018 em função dos investimentos realizados na região da Sudene; e,
- e) R\$117.378 mil sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2019.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2019, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

O Anexo 1 a esta proposta trata do Demonstrativo de cálculo dos dividendos propostos.

O Anexo 2 a esta proposta trata do Orçamento de Capital.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pela acionista.

Belo Horizonte, 28 de março de 2019.

Adézio de Almeida Lima

Marco Antônio S. Cunha Castello Branco

José Pais Rangel

Luiz Guilherme Piva

Marcelo Gasparino da Silva

Marco Aurélio Crocco Afonso

Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes

Márcio José Peres

## Índice

Anexo 1 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2018 do Conselho de Administração à assembleia geral ordinária, a realizar se até 30-04-2019.

Anexo 2 – Orçamento de Capital.

Anexo 3 - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras

Anexo 4 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta

Anexo 5 - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência - art. 9º, III da ICVM 481/09

Anexo 6 – Parecer dos Auditores Independentes

## ANEXO 1

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2018 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR SE ATÉ 30-04-2019.**

### DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS CEMIG DISTRIBUIÇÃO

	2018
<b>Dividendos obrigatórios</b>	
Lucro líquido do exercício	534.870
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	267.435
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	15.000
	<b>282.435</b>
<b>Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto</b>	
Dividendos estatutários	182.435
Juros sobre capital próprio	100.000
	<b>282.435</b>
<b>Dividendos por ação - R\$</b>	
Dividendos obrigatórios registrados em conformidade ao estatuto	0,1197

## ANEXO 2

### ORÇAMENTO DE CAPITAL

#### PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA ATÉ 30 DE ABRIL DE 2019

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 30 de abril de 2019, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2019, em milhares de Reais.

#### **Investimentos planejados para 2019**

Sistema elétrico de subtransmissão	394.914
Sistema elétrico de distribuição (média e baixa tensão)	584.168
Infraestrutura e Outros	139.641
	<hr/>
	1.118.723

Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria – CR

## **Anexo 3**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2018 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 28-03-2019. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2018, como também com base no Parecer, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2019, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

aa.) José Afonso Bicalho Beltrão da Silva  
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino  
Cláudio Morais Machado  
Marco Antônio de Rezende Teixeira  
Rodrigo de Mesquita Pereira

## Anexo 4

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019, referente à destinação do Lucro Líquido de 2018, no montante de R\$534.870 mil e R\$99.076 mil de saldo negativo de lucros acumulados referentes aos efeitos do ajuste da adoção inicial do pronunciamento contábil CPC 48 (Instrumentos Financeiros): a) R\$26.744 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva legal; b) R\$100.000 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de juros sobre o capital próprio (“JCP”); c) R\$182.435 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; d) R\$9.237 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2018 em função dos investimentos realizados na região da Sudene; e) R\$117.378 mil sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2019. O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2019, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

aa.) José Afonso Bicalho Beltrão da Silva  
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino  
Cláudio Morais Machado  
Marco Antônio de Rezende Teixeira  
Rodrigo de Mesquita Pereira

## Anexo 5

### Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência

#### 10.1

##### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2018 foi muito positivo para a Cemig D, com realizações que permitiram à Companhia atingir um novo patamar de sustentabilidade financeira e operacional, após um período de desafios nos últimos anos em função de um cenário macroeconômico e de hidrologia adversos e de uma maior alavancagem financeira, especialmente em razão da perda de algumas concessões de geração.

Os resultados obtidos em 2018 nos trazem a certeza do direcionamento estratégico correto adotado na condução dos negócios da Cemig pela Administração, e operação eficiente pelo seu qualificado grupo de colaboradores.

O exercício de 2018 marcou um grande avanço nas práticas de Governança Corporativa da Companhia, a começar pela aprovação da reforma do Estatuto, trazendo inúmeras mudanças com o objetivo de preparar a Cemig D para os novos tempos, além de ajustar-se ao estabelecido na Lei 13.303/2016, que trouxe uma série de exigências com vistas à melhoria permanente da gestão das empresas estatais, nos diversos âmbitos da Federação.

Conquanto se espera que os aprimoramentos sejam contínuos, e, portanto, persistem os desafios para as futuras gestões, os avanços já implementados sedimentam um novo patamar de governança da Cemig D, a exemplo da aprovação e implementação das diversas Políticas previstas no Estatuto, de transações com partes relacionadas, gestão de pessoas, divulgação de informações e gestão de participações.

Da mesma forma, nos conteúdos de finanças, recursos humanos e integridade foi remodelado o Comitê de Auditoria, responsável também pelas questões de elegibilidade, e instituído o Comitê de Estratégia e Finanças, ambos no âmbito do Conselho de Administração, marcando as bases para que a Cemig D siga em sua trilha de crescimento, eficiência e sustentabilidade.

Digno de realce, entre as realizações de 2018, a revisão tarifária da Cemig Distribuição, onde nossos investimentos realizados no ciclo tarifário de 2013 a 2018, próximos a R\$5 bilhões, passaram a ser remunerados na tarifa. Esse incremento na receita aliado a redução dos custos operacionais permitiram a Cemig D voltar a ter lucro em 2018 após dois anos de prejuízos.

Em 2018 a Cemig D apresentou um lucro de R\$535 milhões em comparação aos prejuízos verificados em 2017 e 2016 de R\$117 milhões e R\$324 milhões respectivamente. Da mesma forma, o Lajida em 2018 foi de R\$1.534 milhões na comparação ao Lajida de R\$831 milhões de 2017, um aumento expressivo de 84,60%. Ressalta-se que a revisão tarifária teve os seus efeitos a partir de junho de 2018, ou seja, somente em 2019 os efeitos da revisão serão integralmente incorporados ao resultado.

No que se refere a gestão da dívida, continuamos focados no alongamento do seu prazo médio de vencimento e também na redução dos custos financeiros de captação.

Corroborando os avanços que mencionamos, as principais agências internacionais de classificação de risco promoveram sucessivas reavaliações positivas do risco de crédito da Cemig D durante o ano de 2018, refletindo expressiva evolução dos ratings e reconhecendo o êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da nossa qualidade de crédito.

Muito importante ressaltar ainda que essa melhoria nos resultados financeiros também foi acompanhada pela nossa preocupação com a qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes. Nossos indicadores de qualidade, medidos pela duração e tempo médio de atendimento das interrupções (DEC e FEC) continuam em trajetória de melhoria e de atendimento aos padrões regulatórios.

Não nos descuidamos também dos nossos colaboradores, comemoramos em 2018 um ano sem acidentes fatais com a força de trabalho da Cemig D, incluindo empregados próprios e aqueles contratados por terceiros.

Temos a sustentabilidade e a responsabilidade social como parte de nossa cultura. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Estamos otimistas quando olhamos para o futuro, na busca de solidificarmos ainda mais a sustentabilidade da Cemig D, garantindo o retorno adequado aos acionistas, a confiança dos investidores e a satisfação dos legítimos interesses dos demais atores envolvidos em nosso negócio.

## **b. Estrutura de capital**

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital compatível com suas atividades, compreendendo, em 31 de dezembro de 2018, um endividamento de R\$6.263,4 milhões, sendo 24,0% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 76,0% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento era de R\$5.683 milhões, sendo 10% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 90% representado por dívidas de longo prazo. Tais alterações verificadas entre os anos de 2018 e 2017 se devem às emissões da 9ª nota promissória e da 6ª debenture, para recomposição de caixa e pagamento de compra de energia. Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento de R\$6.198 milhões, tinha 24% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 76% representado por dívidas de longo prazo. Tais alterações verificadas entre os anos de 2017 e 2016 se devem ao reperfilamento da dívida e ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital recebido e utilizado para amortização de dívida e pagamento de outros compromissos. Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional para implementar e executar seu plano de investimento.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e

debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Anos	Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)
2016	68,5%
2017	56,5%
2018	53,5%

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia podem ser obtidas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$4.642 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$5.347 milhões. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$3.737 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$4.851 milhões. Tais alterações verificadas entre os anos de 2018 e 2017 ainda se devem ao aumento de capital da companhia por meio da integralização dos recursos recebidos sob a forma de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.500 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 5.430 milhões. Tais alterações verificadas entre os anos de 2017 e 2016 se devem ao aumento de capital da companhia por meio da integralização dos recursos recebidos sob a forma de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis compatíveis às atividades da Companhia, sendo 53,5% em 31 de dezembro de 2018, 56,5% em 31 de dezembro de 2017 e 68,5% em 31 de dezembro de 2016. As variações entre tais indicadores podem ser justificadas, basicamente, pelas variações no estoque da dívida e pelo aumento de capital.

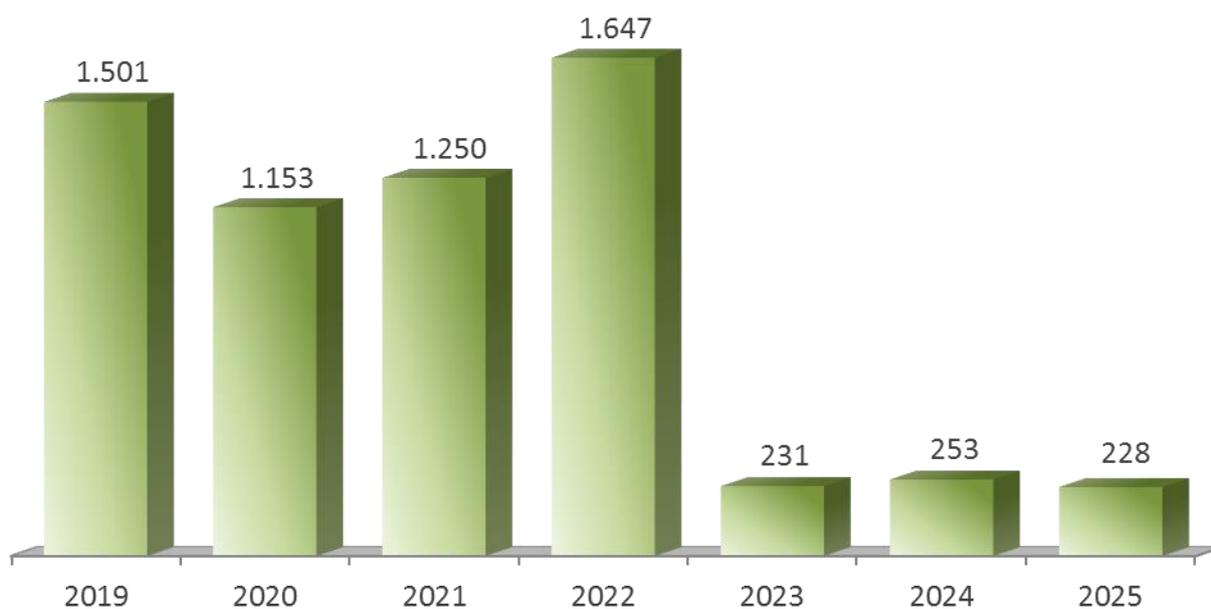
### **c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que atingiu, em 31 de dezembro de 2018, o montante total de R\$1.534 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, atingiu um montante menor, de R\$ 831 milhões e em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 433 milhões. Houve um aumento expressivo de 84,60% no LAJIDA em 2018 comparado com 2017. Ressalta-se ainda que a revisão tarifária teve os seus efeitos a partir de junho de 2018, ou seja, somente em 2019 os efeitos da revisão serão integralmente incorporados ao resultado. Esta variação deve-se também ao aumento de 12,73% na receita operacional.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e TVM da Companhia era de R\$916 milhões em 31 de dezembro de 2018, de R\$831 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$768 milhões em 31 de

dezembro de 2016. Tais variações decorrem principalmente da captação que houve no final do ano na Companhia, para pagamento de dívidas em fev de 2019.

Por outro lado, a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$5.347 milhões, em 31 de dezembro de 2017 era de R\$4.851 milhões e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$5.430 milhões. Tais variações decorrem do esforço de redução do endividamento implementado pela Empresa. O indicador dívida líquida/LAJIDA de 2018 indica que 3,5 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor, melhor que o de 2017, o qual indica que 5,8 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam necessários para quitar o saldo devedor. O mesmo indicador de 2016 indica que 12,5 anos de geração de caixa operacional seriam necessários para quitar o saldo devedor. Estas variações decorrem, principalmente, do aumento do LAJIDA ocorrido em 2018 e da redução da dívida. Tais índices são constantemente acompanhados pela Administração em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência. Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$6.263 milhões, está concentrada nos próximos 4 anos, com 42,38% vencendo em 2 anos e com prazo médio de 3 anos:



*Vencimento da dívida por ano, em Milhões de reais*

Os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinanciar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida.

O passivo circulante era de R\$ 4.571 milhões em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 4.393 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 4.819 milhões em 31 de dezembro de 2016. Tais variações decorreram do esforço implementado pela Companhia para alongar a dívida. As principais

obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade não somente de pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e também garantir os seus investimentos.

#### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais, mediante emissões de debêntures e pela contratação de financiamentos de longo prazo. As despesas operacionais e financeiras, investimentos e manutenção dos custos de operação da Companhia são financiados por meio da geração de caixa, ao passo que novas aquisições de investimentos e imobilizado têm sido financiadas com contratação de financiamentos e emissões de debêntures.

A seguir são descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas pela Companhia, nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016:

Em maio de 2018, a Companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$400 milhões, com vencimento em 24 de outubro de 2019 e juros remuneratórios de 151% da variação do CDI, a serem pagos na data de vencimento. Os recursos captados serão destinados à recomposição do caixa da Companhia, em função do pagamento da 3ª (terceira) emissão de debêntures, e reforço do capital de giro.

Em dezembro de 2018, a Cemig D, necessitando recompor seu caixa, que vinha sendo impactado acima do previsto, principalmente, em função dos gastos adicionais na aquisição de energia no segundo semestre/2018, decorrente de cenário hidrológico adverso, de forma a assegurar o pagamento dos compromissos vincendos, concluiu sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$550 milhões e com prazo de 18 meses, sendo 6 meses de carência e juros remuneratórios de CDI + 1,75%. Vale destacar que o custo da emissão, menor que o custo do reperfilamento da dívida ocorrido em 2017, foi resultado da percepção de menor risco da empresa por parte da indústria financeira.

Ao longo do ano de 2017, a Companhia, juntamente com a Cemig GT, realizaram uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019, no caso da Cemig GT, e a partir de julho de 2019, no caso da Cemig D. A dívida-alvo do reperfilamento compreendeu certas dívidas contraídas com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco Bradesco e o Itaú Unibanco. Ao final de dezembro, as empresas concluíram o reperfilamento de suas dívidas, sendo, no caso da Cemig D, através da 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$1.575 milhões e de aditivos a operações de

crédito da Cemig D (R\$500 milhões com o Banco do Brasil e R\$625 milhões com a CEF). O reperfilamento da dívida da Companhia teve um custo de 146,5% da variação do CDI. As operações da Cemig D serão amortizadas em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75% em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig GT e da Companhia.

Em março de 2016, a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 161.500 debêntures simples, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão, qual seja, 15 de dezembro de 2015, porém com data de integralização/subscrição em 26 de março de 2016, totalizando R\$ 1.615 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate antecipado facultativo das notas promissórias da 8ª emissão da Companhia, bem como ao pagamento de outras dívidas ou reforço de caixa da Companhia. Os juros remuneratórios foram DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”) + 4,05% a.a, e o valor nominal será pago em 02 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2017 e a segunda em 15 de dezembro de 2018.

Em março de 2016, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 695 milhões, destinados ao pagamento de rolagem de dívida junto à Caixa Econômica Federal. O empréstimo contou com a garantia fidejussória da Cemig e cessão fiduciária de recebíveis e será amortizado em 48 meses, sendo a carência de 18 meses, com pagamento de juros trimestral e amortização em 30 meses com o pagamento mensal da parcela de juros. O vencimento final será em 23 de março de 2020 e os encargos incidentes sobre a operação foram de 132,14% da taxa média diária do CDI.

#### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- financiamento para importação;

- financiamento de agências multilaterais;
- financiamentos de órgãos de fomento; e
- empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.

- Manter coerência com o Plano Diretor da Cemig. A Cemig tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da Cemig, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Cemig serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: endividamento consolidado da Cemig / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

#### **f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 6.263 milhões, sendo de R\$ 5.347 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$5.683 milhões, sendo de R\$4.851 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 6.198 milhões, sendo de R\$ 5.430 milhões a dívida líquida. Tais alterações verificadas na comparação entre os exercícios de 2017 e 2018 decorreram da necessidade de recompor o caixa, que vinha sendo impactado acima do previsto, principalmente, em função dos gastos adicionais na aquisição de energia no segundo semestre/2018, decorrente de cenário hidrológico adverso. As alterações verificadas na comparação entre os exercícios de 2016 e 2017 decorreram do reperfilamento da dívida da companhia ocorrida em dezembro de 2017 bem como do pré-pagamento de algumas dívidas.

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por

outras sociedades. A Companhia divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento. Para mais detalhes, vide seção 3.9 deste Formulário de Referência.

O custo nominal da dívida da Companhia se manteve (8,94% ao ano, em 31 de dezembro de 2018, de 8,93% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 15,87% ao ano em 31 de dezembro de 2016). O custo real da dívida da Companhia reduziu (5,08% ao ano em 31 de dezembro de 2018, de 5,87% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 8,06% ao ano em 31 de dezembro de 2016). Isto é reflexo das condições do mercado e da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros CDI, que sofreu redução considerável em 2017 e 2018, contribuindo na redução de nosso custo da dívida.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (58% do total), IPCA (41% do total) e outros (1% do total).

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia, exceto quanto ao ano de 2016, que foi comprometido pela redução verificada no LAJIDA:

	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Endividamento do Patrimônio Líquido <sup>(1)</sup>	3,07	3,72	5,57
Dívida Líquida / LAJIDA <sup>(2)</sup>	3,49	5,84	12,54
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) <sup>(3)</sup>	53,5%	56,5%	68,5%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo (curto e longo) / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

#### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.874	24.062	25.936	22.933	23.049

<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>1.874</b>	<b>24.062</b>	<b>25.936</b>	<b>22.933</b>	<b>23.049</b>
<b>Moeda Nacional</b>								
Banco do Brasil S.A	2017	108,33% do CDI	R\$					72.549
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R\$					50.683
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R\$					510.289
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	36.281	466.250	502.531	500.193	-
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	12.926	20.256	33.182	49.789	68.042
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	2.389	2.596	4.985	4.304	6.317
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346	108.792
Caixa Econômica Federal	2020	132,14% do CDI	R\$					697.801
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	43.351	583.281	626.632	626.667	-
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única	2019	151,00% do CDI	R\$	425.571	-	425.571	-	-
(-) FIC Pampulha (3)				- 13.015	-	- 13.015	-	-
(-) Custos de Transação				- 2.943	- 9.131	- 12.074	- 17.581	- 26.002
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>504.560</b>	<b>1.063.252</b>	<b>1.567.812</b>	<b>1.171.718</b>	<b>1.488.471</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>506.434</b>	<b>1.087.314</b>	<b>1.593.748</b>	<b>1.194.651</b>	<b>1.511.520</b>
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (4)	2018	CDI + 0,69%	R\$	-	-	-	447.114	464.072
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	568.670	1.027.749	1.596.419	1.537.147	1.496.274
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	40.434	915.288	955.722	920.197	895.829
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$					235.136
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (4)	2018	CDI + 4,05%	R\$	-	-	-	20.008	1.626.850
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	111.433	1.468.688	1.580.121	1.576.220	-
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4)	2020	CDI + 1,75%	R\$	276.434	274.780	551.214	-	-
(-) Custos de Transação				- 2.790	- 11.026	- 13.816	- 12.646	- 31.430
<b>Total de Debêntures</b>				<b>994.181</b>	<b>3.675.479</b>	<b>4.669.660</b>	<b>4.488.040</b>	<b>4.686.731</b>
<b>Total Geral</b>				<b>1.500.615</b>	<b>4.762.793</b>	<b>6.263.408</b>	<b>5.682.691</b>	<b>6.198.251</b>

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$174.790, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$148.854. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 25;

(4) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2018, era superior a R\$ 50 milhões):

#### *I – Debêntures e Contratos de Crédito Bancário*

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não

convertíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 mil na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em julho de 2012 e 21 de dezembro de 2012, respectivamente, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série a 100% do CDI + 0,69% a.a., 1.095.508 debêntures da segunda série a IPCA + 4,70% e 653.675 debêntures da terceira série a IPCA + 5,10%, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.552 milhões.

Em 14 de dezembro de 2017, a Cemig D emitiu sua 5ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$1.575 milhões, com a finalidade de pré-pagar parte da 4ª emissão de debêntures, fazendo parte do reperfilamento. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI e a dívida será amortizada em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75% em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. A dívida conta com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.580 milhões.

Em 27 de dezembro de 2017, foi celebrado aditivo um Contrato de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 500 milhões. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI e a dívida será amortizada em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75% em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. A dívida conta com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 503 milhões.

Em 27 de dezembro de 2017, foi celebrado aditivo um Contrato de Crédito Bancário no valor de R\$ 625 milhões, destinados ao alongamento da dívida junto à Caixa Econômica Federal. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI e a dívida será amortizada em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75% em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. A dívida conta com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 627 milhões.

Em maio de 2018, a Companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$400 milhões, com vencimento em 24 de outubro de 2019 e juros remuneratórios de 151% da variação do CDI, a serem pagos na data de vencimento. Os recursos captados serão destinados à recomposição do caixa da Companhia, em função do pagamento da 3ª (terceira) emissão de debêntures, e reforço do capital de giro. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 426 milhões.

Em dezembro de 2018, a Cemig D, necessitando recompor seu caixa, que vinha sendo impactado acima do previsto, principalmente, em função dos gastos adicionais na aquisição de energia no segundo semestre/2018, decorrente de cenário hidrológico adverso, de forma a assegurar o pagamento dos compromissos vincendos, concluiu sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$550 milhões e com prazo de 18 meses, sendo 6 meses de carência e juros remuneratórios de CDI +

1,75%. Vale destacar que o custo da emissão, menor que o custo do reperfilamento da dívida ocorrido em 2017, foi resultado da percepção de menor risco da empresa por parte da indústria financeira. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 551 milhões.

## **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

## **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Cerca de 40,7% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da Cemig, cerca de 52,6% da dívida são garantidos por recebíveis da Companhia e cerca de 6,6% não possui garantia.

## **iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

No reperfilamento da dívida com os bancos credores em 2017, as operações contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da Cemig D, conforme a seguir (as emissões de títulos ocorridas em 2018 reproduziram os mesmos covenants financeiros):

<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>		
<b>Período</b>	<b>Cemig</b>	<b>Cemig D</b>
<b>31-12-2017</b>	4,50x	7,50x
<b>30-06-2018</b>	4,50x	7,50x
<b>31-12-2018</b>	4,25x	4,50x
<b>30-06-2019</b>	4,25x	3,80x
<b>31-12-2019</b>	3,50x	3,80x
<b>30-06-2020</b>	3,50x	3,30x
<b>31-12-2020</b>	3,00x	3,30x
<b>30-06-2021</b>	3,00x	3,30x
<b>31-12-2021 em diante</b>	2,50 x	3,30x

## g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica

## h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Nota	2018	AV%	2017	AV%	AH%
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	451.304	2,39%	520.887	2,95%	-13,36%
Títulos e valores mobiliários	6	408.769	2,16%	302.298	1,71%	35,22%
Consumidores e revendedores	7	2.859.862	15,12%	2.686.274	15,22%	6,46%
Concessionários – transporte de energia	7	195.122	1,03%	124.951	0,71%	56,16%
Tributos compensáveis	8	53.841	0,28%	106.008	0,60%	-49,21%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	165.061	0,87%	174.694	0,99%	-5,51%
Estoques		26.826	0,14%	29.164	0,17%	-8,02%
Contribuição de iluminação pública		149.098	0,79%	148.827	0,84%	0,18%
Reembolso subsídios tarifários	11	82.470	0,44%	73.345	0,42%	12,44%
Subvenção baixa renda		30.232	0,16%	26.660	0,15%	13,40%
Ativos financeiros da concessão	12	646.874	3,42%	158.525	0,90%	308,06%
Outros		210.189	1,11%	147.915	0,84%	42,10%
<b>Total do circulante</b>		<b>5.279.648</b>	<b>27,91%</b>	<b>4.499.548</b>	<b>25,50%</b>	<b>17,34%</b>
<b>Não circulante</b>						
Títulos e valores mobiliários	6	56.199	0,30%	8.293	0,05%	577,67%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	1.334.421	7,05%	1.106.081	6,27%	20,64%
Tributos compensáveis	8	181.663	0,96%	181.556	1,03%	0,06%
Depósitos vinculados a litígios	10	1.707.668	9,03%	1.650.412	9,35%	3,47%
Consumidores e revendedores	7	711	0,00%	172.080	0,98%	-99,59%
Concessionários - transporte de energia	7	75.161	0,40%	71.676	0,41%	4,86%
Outros créditos		43.814	0,23%	41.249	0,23%	6,22%
Ativos financeiros da concessão	12	829.562	4,39%	580.247	3,29%	42,97%
Ativos de contrato	13	518.162	2,74%	-	0,00%	0,00%
Intangíveis	14	8.890.070	46,99%	9.336.486	52,91%	-4,78%
Total do não circulante		13.637.431	72,09%	13.148.080	74,50%	3,72%
<b>Ativo total</b>		<b>18.917.079</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.647.628</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,19%</b>

	Nota	2018	AV%	2017	AV%	AH%
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	17	506.434	2,68%	27.716	0,16%	1727,23%
Debêntures	17	994.181	5,26%	566.071	3,21%	75,63%
Fornecedores	15	1.199.055	6,34%	1.655.382	9,38%	-27,57%
Impostos, taxas e contribuições	16	297.725	1,57%	523.914	2,97%	-43,17%
Salários e encargos sociais		193.052	1,02%	134.475	0,76%	43,56%
Encargos regulatórios	18	369.284	1,95%	358.760	2,03%	2,93%
Participação dos empregados e administradores no resultado		51.281	0,27%	3.175	0,02%	1515,15%
Obrigações pós-emprego	19	181.862	0,96%	166.525	0,94%	9,21%
Contribuição de iluminação pública		281.362	1,49%	274.726	1,56%	2,42%
Passivos financeiros da concessão	12	-	0,00%	414.800	2,35%	-100,00%
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	21	267.435	1,41%	-	0,00%	100,00%
Outros		229.299	1,21%	267.300	1,51%	-14,22%
<b>Total do circulante</b>		<b>4.570.970</b>	<b>24,16%</b>	<b>4.392.844</b>	<b>24,89%</b>	<b>4,05%</b>
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	17	1.087.314	5,75%	1.166.935	6,61%	-6,82%
Debêntures	17	3.675.479	19,43%	3.921.969	22,22%	-6,28%
Provisões	20	439.889	2,33%	480.977	2,73%	-8,54%
Obrigações pós-emprego	19	3.220.182	17,02%	2.655.628	15,05%	21,26%
Impostos, taxas e contribuições	16	24.923	0,13%	23.146	0,13%	7,68%
Encargos regulatórios	18	119.176	0,63%	160.703	0,91%	-25,84%
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	1.123.680	5,94%	1.087.230	6,16%	3,35%
Outros		13.108	0,07%	20.886	0,12%	-37,24%
<b>Total do não circulante</b>		<b>9.703.751</b>	<b>51,30%</b>	<b>9.517.474</b>	<b>53,93%</b>	<b>1,96%</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>14.274.721</b>	<b>75,46%</b>	<b>13.910.318</b>	<b>78,82%</b>	<b>2,62%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	21	2.771.998	14,65%	2.771.998	15,71%	0,00%
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.600.000	13,74%	1.500.000	8,50%	73,33%
Reservas de lucros		545.856	2,89%	392.497	2,22%	39,07%
Ajustes de avaliação patrimonial		- 1.275.496	-6,74%	- 927.185	-5,25%	37,57%
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.642.358</b>	<b>24,54%</b>	<b>3.737.310</b>	<b>21,18%</b>	<b>24,22%</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>18.917.079</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.647.628</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,19%</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2018 em comparação a 2017 são como segue:

#### *Ativos financeiros da concessão*

- Aumento de R\$488 milhões nos saldos de curto prazo em função do maior volume de ativos relacionados a custos com compra de energia que serão repassados no próximo reajuste tarifário.

#### *Obrigações pós-emprego*

- Aumento de 21,26%, no valor de R\$564 milhões nas obrigações de longo prazo em função principalmente da redução nas taxas de juros, o que tem como consequência um maior saldo da obrigação quando descontada a valor presente.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

### Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	2018	AV%	2017	AV%	AH%
<b>Receita</b>	22	13.756.860	100,00%	12.312.331	100,00%	11,73%
<b>Custos operacionais</b>	23					
<b>Custo com energia elétrica</b>						
Energia elétrica comprada para revenda		- 7.237.526	-52,61%	- 6.782.988	-55,09%	6,70%
Encargos de uso da rede básica de transmissão		- 1.463.469	-10,64%	- 1.002.452	-8,14%	45,99%
		- 8.700.995	-63,25%	- 7.785.440	-63,23%	11,76%
<b>Custos</b>						
Pessoal e administradores		- 744.158	-5,41%	- 874.194	-7,10%	-14,87%
Materiais		- 37.236	-0,27%	- 28.927	-0,23%	28,72%
Serviços de terceiros		- 772.772	-5,62%	- 657.451	-5,34%	17,54%
Amortização		- 528.545	-3,84%	- 506.913	-4,12%	4,27%
Provisões operacionais, líquidas		- 24.835	-0,18%	- 217.323	-1,77%	-88,57%
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		- 756.964	-5,50%	- 1.044.682	-8,48%	-27,54%
Outros		- 55.517	-0,40%	- 42.699	-0,35%	30,02%
		- 2.920.027	-21,23%	- 3.372.189	-27,39%	-13,41%
<b>Custo total</b>		<b>- 11.621.022</b>	<b>-84,47%</b>	<b>- 11.157.629</b>	<b>-90,62%</b>	<b>4,15%</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.135.838</b>	<b>15,53%</b>	<b>1.154.702</b>	<b>9,38%</b>	<b>84,97%</b>
<b>Despesa operacional</b>	23					
Despesas com vendas		- 270.722	-1,97%	- 228.428	-1,86%	-18,52%
Despesas gerais e administrativas		- 481.158	-3,50%	- 527.423	-4,28%	-8,77%

Outras despesas operacionais		- 445.453	-3,24%	- 129.127	-1,05%	-244,97%
		- 1.197.333	-8,70%	- 884.978	-7,19%	-35,30%
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>938.505</b>	<b>6,82%</b>	<b>269.724</b>	<b>2,19%</b>	<b>247,95%</b>
Receitas financeiras	24	433.976	3,15%	397.277	3,23%	9,24%
Despesas financeiras	24	- 620.874	-4,51%	- 815.025	-6,62%	-23,82%
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>751.607</b>	<b>5,46%</b>	<b>- 148.024</b>	<b>-1,20%</b>	<b>-607,76%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	- 214.606	-1,56%	1.689	0,01%	-12.806,10%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	- 2.131	-0,02%	29.022	0,24%	-107,34%
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>534.870</b>	<b>3,89%</b>	<b>- 117.313</b>	<b>-0,95%</b>	<b>-555,93%</b>

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2018	2017	Var %
Resultado do exercício	535	(117)	-
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	217	(31)	-
+ Resultado financeiro líquido	187	418	(55,26)
+ Amortização	595	561	6,06
<b>= LAJIDA</b>	<b>1.534</b>	<b>831</b>	<b>84,60</b>

O crescimento do LAJIDA em 2018 em comparação a 2017 deve-se, principalmente, ao crescimento de 11,73% da receita operacional, compensado parcialmente pelo aumento de 6,46% dos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 6,75% em 2017 para 11,15% em 2018.

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$451 milhões, em comparação a R\$521 milhões em 31 de dezembro de 2017, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

### Fluxo de caixa consumido (gerado) pelas atividades operacionais

O caixa líquido consumido pelas atividades operacionais em 2018 totalizou R\$745 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$116 milhões em 2017.

Atribui-se o resultado líquido de caixa operacional apurado em 2018, principalmente, ao aumento na saída de caixa para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em 2018 em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia.

Ressalta-se que essa saída de caixa referente à CVA é ressarcida no reajuste tarifário subsequente.

## Fluxo de caixa nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2018 e 2017 totalizou, respectivamente, R\$896 milhões e R\$944 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2018, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, da aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários em 2018 na comparação com resgate de recursos em 2017.

## Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R\$1.571 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.100 milhões a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC e R\$941 milhões a título de empréstimos captados, parcialmente compensados pela amortização de R\$456 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$924 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.500 milhões a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, parcialmente compensados pela amortização de R\$566 milhões de empréstimos e financiamentos.

## **Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

<b>ATIVO (em milhões)</b>	<b>2016</b>	<b>AV%</b>	<b>2016</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	521	2,95	426	2,59	22,30
Títulos e Valores Mobiliários	302	1,71	328	2,00	(7,93)
Consumidores e Revendedores	2.686	15,22	2.415	14,70	11,22
Concessionários – Transporte de Energia	125	0,71	150	0,91	(16,67)
Tributos Compensáveis	106	0,60	155	0,94	(31,61)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	175	0,99	309	1,88	(43,37)
Estoques	29	0,16	40	0,24	(27,50)
Contribuição de Iluminação Pública	149	0,84	149	0,91	-
Reembolso Subsídios Tarifários	73	0,41	64	0,39	14,06
Subvenção Baixa Renda	26	0,15	36	0,22	(27,78)
Ativos Financeiros da Concessão	159	0,90	398	2,42	(60,05)
Outros Créditos com a Eletrobrás	-	-	90	0,55	-
Outros	149	0,84	295	1,80	(49,49)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>4.500</b>	<b>25,50</b>	<b>4.855</b>	<b>29,55</b>	<b>(7,31)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	8	0,05	15	0,09	(46,67)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.106	6,27	1.002	6,10	10,38
Tributos Compensáveis	182	1,03	123	0,75	47,97
Depósitos Vinculados a Litígios	1.650	9,35	1.072	6,52	53,92
Consumidores e Revendedores	172	0,97	58	0,35	196,55
Concessionários - Transporte de Energia	72	0,41	77	0,47	(6,49)
Outros Créditos	41	0,23	36	0,22	13,89
Ativos Financeiros da Concessão	580	3,29	216	1,31	168,52
Intangíveis	9.337	52,91	8.978	54,64	4,00
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.148</b>	<b>74,50</b>	<b>11.577</b>	<b>70,45</b>	<b>13,57</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>17.648</b>	<b>100,00</b>	<b>16.432</b>	<b>100,00</b>	<b>7,40</b>

<b>PASSIVO (em milhões)</b>	<b>2016</b>	<b>AV%</b>	<b>2016</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	28	0,16	319	1,94	(91,22)
Debêntures	566	3,21	1.190	7,24	(52,44)
Fornecedores	1.655	9,38	1.049	6,38	57,77
Impostos, Taxas e Contribuições	523	2,96	538	3,27	(2,79)
Salários e Encargos Sociais	134	0,76	150	0,91	(10,67)
Encargos Regulatórios	359	2,03	308	1,87	16,56
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	3	0,02	10	0,06	(70,00)
Obrigações Pós-Emprego	167	0,95	142	0,86	17,61
Contribuição de Iluminação Pública	275	1,56	274	1,67	0,36
Passivos Financeiros da Concessão	415	2,35	482	2,93	(13,90)
Outras	267	1,51	357	2,17	(25,21)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>4.393</b>	<b>24,89</b>	<b>4.819</b>	<b>29,33</b>	<b>(8,84)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	1.167	6,61	1.192	7,25	(2,10)
Debêntures	3.922	22,22	3.497	21,28	12,15
Provisões	481	2,73	348	2,12	38,22
Obrigações Pós-Emprego	2.656	15,05	2.795	17,01	(4,97)
Impostos, Taxas e Contribuições	23	0,13	615	3,74	(96,26)
Encargos Regulatórios	161	0,91	321	1,95	(49,84)
Passivos Financeiros da Concessão	-	-	323	1,97	-
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.087	6,16	-	-	-
Outras	21	0,12	22	0,13	(4,55)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.517</b>	<b>53,93</b>	<b>9.113</b>	<b>55,46</b>	<b>4,43</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>13.910</b>	<b>78,82</b>	<b>13.932</b>	<b>84,79</b>	<b>(0,16)</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	2.772	15,71	2.362	14,37	17,36
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.500	8,50	410	2,50	265,85
Reservas de Lucros	392	2,22	510	3,10	(23,14)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(927)	(5,25)	(782)	(4,76)	18,54
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.737</b>	<b>21,18</b>	<b>2.500</b>	<b>15,21</b>	<b>49,48</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.648</b>	<b>100,00</b>	<b>16.432</b>	<b>100,00</b>	<b>7,40</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2017 em comparação a 2016 são como segue:

#### *Depósitos Vinculados a Litígios*

- Aumento de R\$578 milhões em função de atualização monetária nos depósitos vinculados a ação judicial referente a incidência de PASEP/COFINS sobre o ICMS.

•

#### *Ativos Intangíveis*

- Aumento de R\$358 milhões nos Ativos Intangíveis em função dos investimentos em 2017 em ativos da concessão.

#### *Dívidas com Empréstimos e Financiamentos – curto e longo prazo*

- Redução de R\$515 milhões no saldo da Dívida com Empréstimos e Financiamentos e debêntures em função da maior amortização em relação as novas captações de recursos.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

### Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em R\$ milhões)	2017	AV%	2016	AV%	AH%
<b>RECEITA</b>	<b>12.312</b>	<b>100,00</b>	<b>10.597</b>	<b>100,00</b>	<b>16,18</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.783)	(55,09)	(5.260)	(49,64)	28,95
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(1.002)	(8,14)	(760)	(7,17)	31,84
Pessoal (a)	(1.123)	(9,12)	(1.147)	(10,82)	(2,09)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(3)	(0,02)	(10)	(0,09)	(70,00)
Obrigações Pós-Emprego	180	1,46	(231)	(2,18)	(177,92)
Materiais	(43)	(0,35)	(42)	(0,40)	2,38
Serviços de Terceiros	(785)	(6,38)	(674)	(6,36)	16,47
Amortização	(561)	(4,56)	(525)	(4,95)	6,86
Provisões Operacionais	(469)	5,13)	(544)	5,13)	(13,79)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.045)	(10,40)	(1.102)	(10,40)	(5,17)
Outras Despesas Líquidas (f)	(408)	(3,73)	(395)	(3,73)	3,29
	<b>(12.042)</b>	<b>(97,82)</b>	<b>(10.688)</b>	<b>(100,88)</b>	<b>12,68</b>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos</b>	<b>270</b>	<b>2,19</b>	<b>(92)</b>	<b>(0,88)</b>	<b>-</b>
Receitas Financeiras	397	3,22	743	7,01	(46,57)
Despesas Financeiras	(815)	(6,62)	(1.078)	(10,17)	(24,40)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>(148)</b>	<b>(1,20)</b>	<b>(426)</b>	<b>(4,04)</b>	<b>(65,26)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2	0,02	5	0,05)	(60,00)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29	0,24	98	(0,92)	(70,41)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(117)</b>	<b>(0,95)</b>	<b>(324)</b>	<b>(3,07)</b>	<b>(63,89)</b>

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2017	2016	Var %
Resultado do exercício	(117)	(324)	(63,89)
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	(31)	(103)	(69,90)
+ Resultado financeiro líquido	418	335	24,78
+ Amortização	561	525	6,86
<b>= LAJIDA</b>	<b>831</b>	<b>433</b>	<b>91,92</b>

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o

utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2017 em comparação a 2016 deve-se, principalmente, ao crescimento de 16,19% na receita operacional, compensado parcialmente pelo aumento de 12,98% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização;

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 4,09% em 2016 para 6,75% em 2017.

#### *Liquidez e recursos de capital*

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$521 milhões, em comparação a R\$426 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

#### *Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2017 e 2016 totalizou R\$116 milhões e R\$1.426 milhões, respectivamente. A redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2017, em comparação a 2016, deve-se, principalmente, ao aumento na saída de caixa em 2017 para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em 2017 em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia. Adicionalmente, ocorreram saídas de recursos no montante de R\$282 milhões para amortização de parcelas do plano de regularização fiscal implementado pelo Governo Estadual.

#### *Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento*

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2017 e 2016 totalizou, respectivamente, R\$944 milhões e R\$1.018 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2017, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do resgate de recursos aplicados em títulos e valores mobiliários em 2017 na comparação às aplicações de recursos em 2016.

#### *Fluxo de caixa das atividades de financiamento*

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$924 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.500 milhões a título de Adiantamento para futuro aumento de

capital – AFAC, parcialmente compensados pela amortização de R\$566 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

### Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO (em milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	426	2,59	319	1,97	33,54
Títulos e Valores Mobiliários	328	2,00	253	1,56	29,64
Consumidores e Revendedores	2.415	14,70	2.496	15,42	(3,25)
Concessionários – Transporte de Energia	150	0,91	156	0,96	(3,85)
Tributos Compensáveis	155	0,94	103	0,64	50,49
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	309	1,88	227	1,40	36,12
Estoques	40	0,24	28	0,17	42,86
Contribuição de Iluminação Pública	149	0,91	144	0,89	3,47
Reembolso Subsídios Tarifários	64	0,39	72	0,44	(11,11)
Subvenção Baixa Renda	36	0,22	31	0,19	16,13
Ativos Financeiros da Concessão	398	2,42	860	5,31	(53,72)
Outros Créditos com a Eletrobrás	90	0,55	-	-	-
Outros	295	1,80	353	2,18	(16,43)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>4.855</b>	<b>29,55</b>	<b>5.042</b>	<b>31,14</b>	<b>(3,71)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	15	0,09	36	0,22	(58,33)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.002	6,10	709	4,38	41,33
Tributos Compensáveis	123	0,75	188	1,16	(34,57)
Depósitos Vinculados a Litígios	1.072	6,52	1.031	6,37	3,98
Consumidores e Revendedores	58	0,35	58	0,36	0,00
Concessionários - Transporte de Energia	77	0,47	75	0,46	2,67
Outros Créditos	36	0,22	14	0,09	157,14
Ativos Financeiros da Concessão	216	1,31	625	3,86	(65,44)
Intangíveis	8.978	54,64	8.413	51,96	6,72
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>11.577</b>	<b>70,45</b>	<b>11.149</b>	<b>68,86</b>	<b>3,84</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>16.432</b>	<b>100,00</b>	<b>16.191</b>	<b>100,00</b>	<b>1,49</b>

<b>PASSIVO (em milhões)</b>	<b>2016</b>	<b>AV%</b>	<b>2015</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	319	1,94	2.984	18,43	(89,31)
Debêntures	1.190	7,24	362	2,24	228,73
Fornecedores	1.049	6,38	1.308	8,08	(19,80)
Impostos, Taxas e Contribuições	538	3,27	521	3,22	3,26
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	185	1,14	-
Salários e Encargos Sociais	150	0,91	147	0,91	2,04
Encargos Regulatórios	308	1,87	460	2,84	(33,04)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	10	0,06	75	0,46	(86,67)
Obrigações Pós-Emprego	142	0,86	120	0,74	18,33
Contribuição de Iluminação Pública	274	1,67	258	1,59	6,20
Passivos Financeiros da Concessão	482	2,93	-	-	-
Outras	357	2,17	220	1,36	62,27
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>4.819</b>	<b>29,33</b>	<b>6.640</b>	<b>41,01</b>	<b>(27,42)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	1.192	7,25	891	5,50	33,78
Debêntures	3.497	21,28	2.782	17,18	25,70
Provisões	348	2,12	291	1,80	19,59
Obrigações Pós-Emprego	2.795	17,01	2.109	13,03	32,53
Impostos, Taxas e Contribuições	615	3,74	632	3,90	(2,69)
Encargos Regulatórios	321	1,95	130	0,80	146,92
Passivos Financeiros da Concessão	323	1,97	-	-	-
Outras	22	0,13	20	0,12	10,00
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.113</b>	<b>55,46</b>	<b>6.855</b>	<b>42,34</b>	<b>32,94</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>13.932</b>	<b>84,79</b>	<b>13.495</b>	<b>83,35</b>	<b>3,24</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	2.362	14,37	2.362	14,59	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	410	2,50	-	-	-
Reservas de Lucros	510	3,10	736	4,55	(30,71)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(782)	(4,76)	(402)	(2,48)	94,53
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.500</b>	<b>15,21</b>	<b>2.696</b>	<b>16,65</b>	<b>(7,27)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16.432</b>	<b>100,00</b>	<b>16.191</b>	<b>100,00</b>	<b>1,49</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2016 em comparação a 2015 são como segue:

#### *Ativos Intangíveis*

- Aumento de R\$565 milhões nos Ativos Intangíveis em função dos investimentos em 2016 em ativos da concessão.

#### *Dívidas com Empréstimos e Financiamentos*

- Redução de R\$1.837 milhões no saldo da Dívida com Empréstimos e Financiamentos e debêntures de curto prazo em função de renegociação de dívida ocorrida no ano de 2016.

#### *Passivos Financeiros da Concessão*

- Aumento de R\$805 milhões no saldo de Passivos Financeiros da Concessão no curto e longo prazo em função de saldos da conta CVA a serem restituídos na tarifa a partir do próximo reajuste tarifário.

## Benefícios Pós-Emprego

- Aumento de R\$686 milhões no saldo de Benefícios Pós-Emprego em função basicamente da redução na taxa de juros utilizada para desconto a valor presente das obrigações.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

### Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 [

(em R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
<b>RECEITA</b>	<b>10.597</b>	<b>100,00</b>	<b>12.962</b>	<b>100,00</b>	<b>(18,25)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.260)	(49,64)	(6.993)	(53,95)	(24,78)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(760)	(7,17)	(813)	(6,27)	(6,52)
Pessoal (a)	(1.147)	(10,82)	(1.000)	(7,71)	14,70
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(10)	(0,09)	(95)	(0,73)	(89,47)
Obrigações Pós-Emprego	(231)	(2,18)	(121)	(0,93)	90,91
Materiais	(42)	(0,40)	(51)	(0,39)	(17,65)
Serviços de Terceiros	(674)	(6,36)	(697)	(5,38)	(3,30)
Amortização	(525)	(4,95)	(444)	(3,43)	18,24
Provisões Operacionais	(544)	5,13)	(209)	(1,61)	160,29
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.102)	(10,40)	(1.044)	(8,05)	5,56
Outras Despesas Líquidas (f)	(395)	(3,73)	(283)	(2,18)	39,58
	<b>(10.688)</b>	<b>(100,88)</b>	<b>(11.749)</b>	<b>(90,65)</b>	<b>(9,03)</b>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos</b>	<b>(92)</b>	<b>(0,88)</b>	<b>1.213</b>	<b>9,35</b>	<b>-</b>
Receitas Financeiras	743	7,01	543	4,19	36,83
Despesas Financeiras	(1.078)	(10,17)	(1.130)	(8,72)	(4,60)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>(426)</b>	<b>(4,04)</b>	<b>626</b>	<b>4,82</b>	<b>-</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	5	0,05)	(16)	(0,12)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98	(0,92)	(240)	(1,85)	-
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(324)</b>	<b>(3,07)</b>	<b>370</b>	<b>2,85</b>	<b>-</b>

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2016	2015 Reapresentado	Var %
Resultado do Exercício	(324)	370	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(103)	256	-
+ Resultado Financeiro Líquido	335	587	(42,93)
+ Amortização	525	444	18,24
= LAJIDA	<b>433</b>	<b>1.657</b>	<b>(73,87)</b>

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2016 em comparação a 2015 deve-se, principalmente, à redução de 18,25% na receita operacional, compensada parcialmente pela redução de 10,09% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 12,75% em 2015 para 4,09% em 2016.

### *Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2016 e 2015 totalizou R\$1.426 milhões e R\$600 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2016, em comparação a 2015, deve-se, principalmente, à redução na saída de caixa em 2016 para cobrir os custos não gerenciáveis da Parcela A, considerando a menor despesa com energia elétrica verificada em 2016 em função principalmente do desligamento de termelétricas e também do menor preço verificado no mercado atacadista.

### *Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento*

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2016 e 2015 totalizou, respectivamente, R\$1.018 milhões e R\$1.079 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2016, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em Títulos e Valores mobiliários em 2016.

### *Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento*

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$484 milhões, decorrente da captação de R\$2.469 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$1.968 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$117 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

## 10.2

*a. resultados das operações do emissor, em especial:*

*b. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

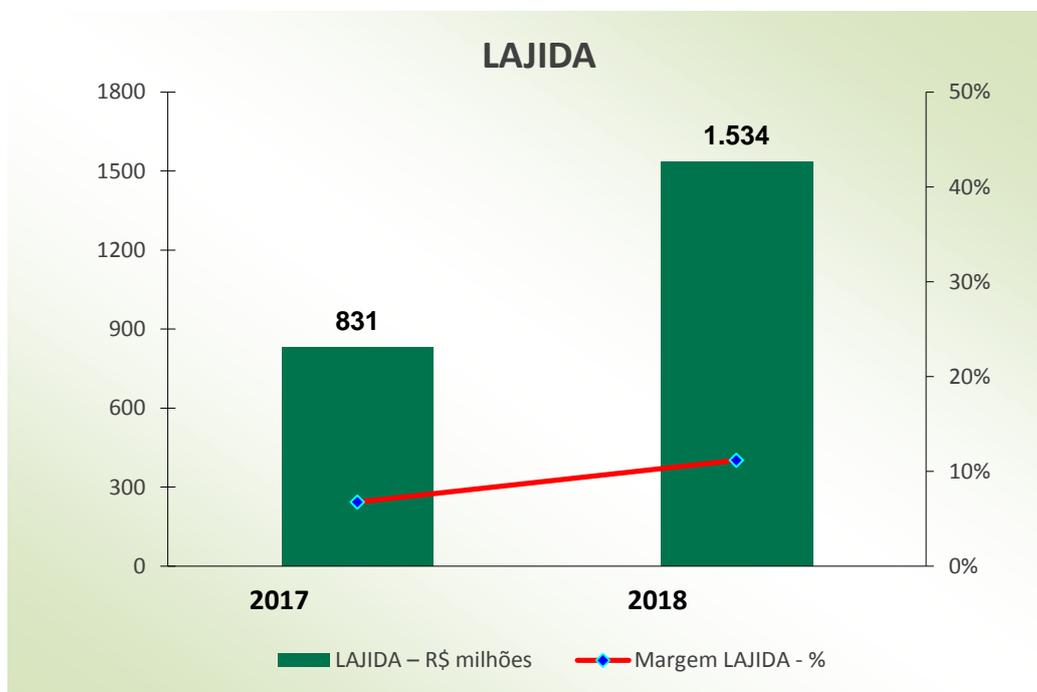
*c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante*

### Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2018, lucro de R\$535 milhões em comparação ao prejuízo de R\$117 milhões no exercício de 2017. As principais variações na comparação dos resultados de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir, ressaltando-se o expressivo aumento no Lajida da Companhia:

#### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2018	2017	Var %
Resultado do exercício	535	(117)	-
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	217	(31)	-
+ Resultado financeiro líquido	187	418	(55,26)
+ Amortização	595	561	6,06
= LAJIDA	<u>1.534</u>	<u>831</u>	<u>84,60</u>



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um

significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2018 em comparação a 2017 deve-se, principalmente, ao crescimento de 11,73% da receita operacional, compensado parcialmente pelo aumento de 6,46% dos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização. Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 6,75% em 2017 para 11,15% em 2018.

## Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2018	2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	17.885	16.443
Receita de uso da rede – consumidores livres	2.067	1.643
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	1.973	988
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	757	1.045
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-	9
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(44)	-
Outras receitas operacionais	1.345	1.362
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.226)	(9.177)
	<b>13.757</b>	<b>12.313</b>

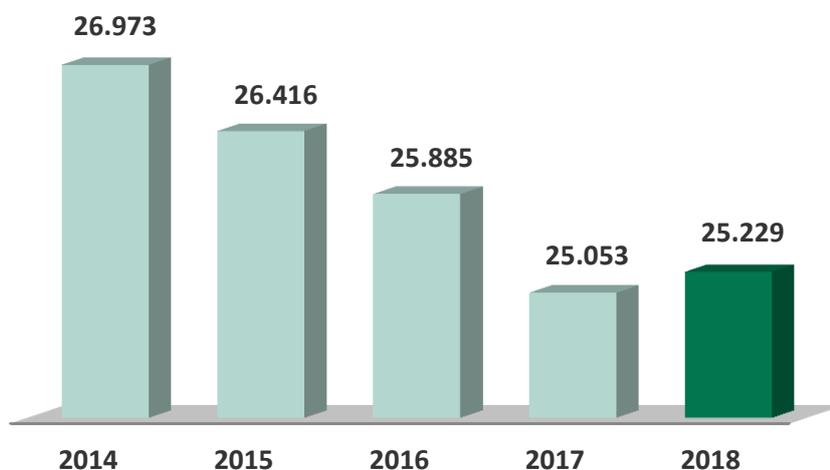
## Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$17.885 milhões em 2018, em comparação a R\$16.443 milhões, no mesmo período de 2017, representando aumento de 8,77%. Os principais impactos na receita em 2018 decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$654 milhões em 2018, em comparação a R\$454 milhões em 2017. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2018, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;
- aumento de 0,70% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

## GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	2018	2017	Var %
Residencial	10.266.434	10.008.423	2,58
Industrial	2.588.370	2.610.534	(0,85)
Comércio, serviços e outros	5.190.325	5.252.799	(1,19)
Rural	3.614.059	3.647.812	(0,93)
Poder público	871.325	865.803	0,64
Iluminação pública	1.383.878	1.366.938	1,24
Serviço público	1.315.479	1.301.135	1,10
<b>Total</b>	<b>25.229.870</b>	<b>25.053.444</b>	<b>0,70</b>

Destaca-se o crescimento de 2,58% na quantidade de energia vendida para o setor residencial principalmente em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

Em contrapartida verificou-se, ainda, a redução de 1,19% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial principalmente, em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre.

Verificou-se, ainda, a redução de 0,85% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e a não retomada do crescimento da atividade o setor industrial aos níveis esperados para o ano.

## **Receita de uso da rede – consumidores livres**

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.067 milhões, comparada a R\$1.643 milhões em 2017, o que representou crescimento de 25,81%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2018, comparado a 2017, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de aproximadamente 36% ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018, parcialmente compensado pela redução de aproximadamente 40% da TUSD consumidores livres, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- crescimento de aproximadamente 8,18% na demanda contratada; e
- aumento de aproximadamente 14,29% no número de instalações de CUSD faturadas.

## **CVA e outros componentes financeiros**

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$1.973 milhões em 2018, em comparação a um aumento da receita de R\$988 milhões em 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras.

## **Receita de construção**

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$757 milhões em 2018, comparados a R\$1.045 milhões em 2017, redução de 27,56%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

## **Impostos e encargos incidentes sobre a receita**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.226 milhões em 2018 comparados a R\$9.177 milhões em 2017 representando redução de 11,43% decorrente dos fatores destacados a seguir:

### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.450 milhões em 2018 comparados a R\$1.750 milhões em 2017. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$654 milhões em 2018 em comparação a R\$454 milhões em 2017, uma variação de 44,05%.

Este resultado decorre, principalmente, do maior acionamento da bandeira vermelha, patamar 2, em 2018, na comparação com o ano anterior, em função da redução do nível dos reservatórios e menor expectativa de chuvas.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$12.818 milhões em 2018, comparados a R\$12.043 milhões em 2017, representando um crescimento de 6,44%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras.

### Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$965 milhões em 2018 comparados a R\$1.123 milhões em 2017, representando uma redução de 14,07%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$17 milhões em 2018 em comparação a R\$158 milhões em 2017;

- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018 em função de Acordo Coletivo;
- redução de 9,37% no número médio de empregados sendo 4.399 em 2018 em comparação a 4.854 em 2017.

#### Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$51 milhões em 2018 comparada a R\$3 milhões em 2017. Esta variação decorre do crescimento do resultado da Cemig, Controladora da Cemig D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

#### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$7.238 milhões em 2018 comparados a R\$6.783 milhões em 2017, um crescimento de 6,71%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 16,69% nas despesas com compra de energia de curto prazo: o resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2018 o resultado líquido foi despesa de R\$1.496 milhões comparados a despesa líquida de R\$1.282 milhões em 2017. A variação decorre, principalmente, da redução de 17,87% na quantidade de energia transacionada na CCEE (1.859.448 MWh em 2018 e 2.264.149 MWh em 2017);
- redução de 5,40% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado sendo R\$3.397 milhões no exercício de 2018, comparados a R\$3.591 milhões no exercício de 2017. Em 2017 houve maior acionamento das usinas termelétricas, com o consequente aumento do gastos com combustível dessas usinas, em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema;
- aumento de 40,16% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$698 milhões em 2018 comparado a R\$498 milhões em 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 52,98% nas tarifas médias de cotas sendo R\$92,51/MWh em 2018 e R\$60,47/MWh em 2017, parcialmente compensado pela redução de 8,41% na quantidade de energia comprada (7.548.736 MWh em 2018 e 8.241.783 MWh em 2017).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 23b das demonstrações financeiras.

### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.463 milhões em 2018 comparados a R\$1.002 milhões em 2017, representando um crescimento de 46,01%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$332 milhões em 2018 comparados a R\$469 milhões em 2017.

Destaca-se a redução das provisões para contingências trabalhistas que foram de R\$24 milhões em 2018 em comparação a R\$175 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, em função dos eventos abaixo:

- em 2017 houve crescimento das provisões trabalhistas em relação ao ano anterior em função da reavaliação de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória e entendimento jurisprudencial, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária;
- em 2018, a nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, levou à reavaliação de perda de diversas ações onde se discute este tema, com a consequente redução dos valores anteriormente provisionados.

Mais informações na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras.

### Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma constituição de despesa no montante de R\$224 milhões em 2018 em comparação a uma reversão de despesa no montante de R\$180 milhões em 2017.

O resultado positivo em 2017 foi decorrente de modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$448 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

Mais detalhes na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

## **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro líquido em 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$187 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$418 milhões em 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 69,84% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$19 milhões em 2018 comparados a R\$63 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de recursos aplicados em 2018 e redução da taxa média CDI, que foi de 6,40% em 2018 e 9,93% em 2017;
- aumento de 36,14% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$339 milhões em 2018 comparado a R\$249 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito com clientes, com reconhecimento de juros e atualização monetária;
- aumento de 25% das despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos, sendo R\$90 milhões em 2018 comparados a R\$72 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da variação de 27,12% do IPCA (3,75% em 2018 e 2,95% em 2017);
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$62 milhões em 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$41 milhões em 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos em 2018 na comparação com o ano anterior;
- redução de 26,16% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$381 milhões em 2018 comparados a R\$516 milhões em 2017. Este resultado decorre, principalmente da menor variação do CDI, que foi de 6,40% em 2018 em comparação a 9,93% em 2017.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras.

## **Imposto de renda e contribuição social**

A Cemig Distribuição apurou, em 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$217 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$752 milhões. Em 2017, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$31 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$148 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c das demonstrações financeiras.

## **Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

### **Resultado do exercício**

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2017, prejuízo de R\$117 milhões em comparação ao prejuízo de R\$324 milhões no exercício de 2016. As principais variações na comparação dos resultados de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir:

## Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2017	2016
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	16.443	16.687
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.643	1.741
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	988	(1.455)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.045	1.102
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	9	8
Outras receitas operacionais	1.362	1.134
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(9.177)	(8.620)
	<b>12.313</b>	<b>10.597</b>

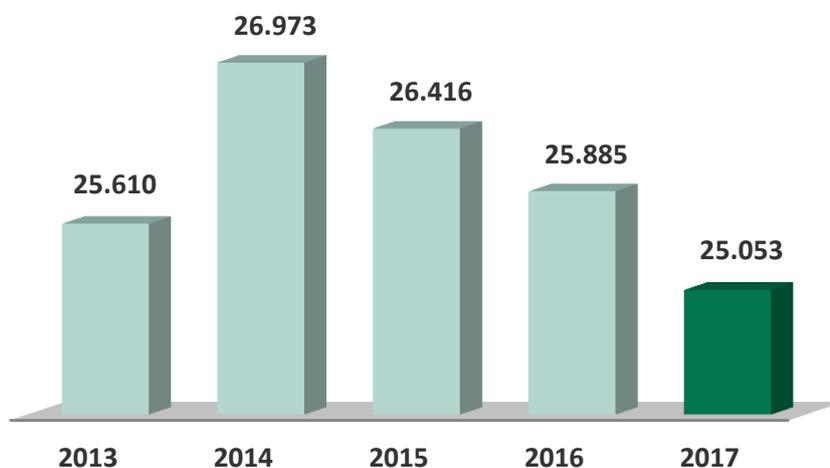
### *Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)*

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$16.443 milhões em 2017, em comparação a R\$16.687 milhões, no mesmo período de 2016, representando redução de 1,46%. Os principais impactos na receita em 2017 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;
- redução de 3,24% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

### GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	2017	2016	Var %
Residencial	10.008.423	9.915.807	0,93
Industrial	2.610.534	3.194.872	(18,29)
Comércio, serviços e outros	5.252.799	5.711.647	(8,03)
Rural	3.647.812	3.574.724	2,04
Poder público	865.803	885.748	(2,25)
Iluminação pública	1.366.938	1.350.405	1,22
Serviço público	1.301.135	1.252.043	3,92
<b>Total</b>	<b>25.053.444</b>	<b>25.885.246</b>	<b>(3,21)</b>

Destaca-se a redução de 18,29% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial e 8,03% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial. Estas variações ocorreram, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2017, com impactos diretos no consumo de energia por esses segmentos.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,04% na classe de consumo rural decorrente, principalmente, da maior atividade de irrigação e agropecuária aliado ao crescimento da base de consumidores e crescimento de 3,92% na classe de serviço público em função da incorporação de unidades consumidoras e aumento no consumo de consumidores de média e alta tensão do ramo de atividade captação, tratamento e distribuição de água.

### Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.643 milhões, comparada a R\$1.741 milhões em 2016, o que representou redução de 5,63%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2017, comparado a 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao reajuste tarifário anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016;
- redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicada à partir de 28 de maio de 2017.

### CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$988 milhões em 2017, em comparação a uma redução da receita de R\$1.455 milhões em 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilão em 2017 (em 2016 ocorreu uma redução nos custos), em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um ativo financeiro para a

Companhia, que representa o montante a ser restituído pelos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

### **Receita de construção**

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.045 milhões em 2017, comparados a R\$1.102 milhões em 2016, redução de 5,17%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

### **Impostos e encargos incidentes sobre a receita**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.177 milhões em 2017 comparados a R\$8.620 milhões em 2016 representando um aumento de 6,46% decorrente dos fatores destacados a seguir:

#### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.750 milhões em 2017 comparados a R\$2.040 milhões em 2016. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve um crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016, em função da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

#### ICMS

A despesa com ICMS foi de R\$4.951 milhões em 2017 comparados a R\$4.409 milhões em 2016. Essa variação decorre principalmente da adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do ICMS, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado de 2017 sendo R\$532 milhões registrados como deduções à receita, R\$31 milhões registrados como despesa financeira e R\$1 milhão registrado como despesa operacional.

Mais informações na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

#### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

### *Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)*

Os custos e despesas operacionais foram de R\$12.043 milhões em 2017, comparados a R\$10.688 milhões em 2016, representando um crescimento de 12,68%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras.

#### Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.123 milhões em 2017 comparados a R\$1.147 milhões em 2016, representando uma redução de 2,09%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);
- reconhecimento das despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R\$157 milhões em 2017 e R\$64 milhões em 2016;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 15,30% no número médio de empregados, sendo 4.854 em 2017 em comparação a 5.731 em 2016.

#### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$6.783 milhões em 2017 comparados a R\$5.260 milhões em 2016, um crescimento de 28,95%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 38,86% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.591 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$2.586 milhões no exercício de 2016, decorrente, principalmente, do acionamento das usinas termelétricas em 2017 em função do baixo do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com o consequente aumento dos gastos com combustível dessas usinas;
- aumento de 8,65% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.243 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$1.144 milhões no exercício de 2016. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da tarifa, que era de U\$25,78/kW/mês em 2016 e passou para U\$28,73/kW/mês, a partir de janeiro de 2017;
- aumento de 88,53% na despesa com energia de curto prazo, que foi R\$1.282 milhões em 2017 comparado a R\$680 milhões em 2016, decorrente, basicamente, da variação do valor médio do PLD - Preço de liquidação por diferenças (R\$94,16/MWh em 2016 e R\$324,17/MWh em 2017).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.002 milhões em 2017 comparados a R\$760 milhões em 2016, representando um crescimento de 31,84%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$469 milhões em 2017 comparados a R\$544 milhões em 2016.

Destaca-se a redução das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$228 milhões em 2017 em comparação a R\$381 milhões em 2016, principalmente em função das ações em 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Em contrapartida, com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$175 milhões em 2017 em comparação a R\$92 milhões em 2016. O aumento no montante provisionado decorre, principalmente, das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 19.

### Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R\$180 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$231 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$447.965 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro líquido em 2017 foi uma despesa financeira líquida de R\$418 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$335 milhões em 2016. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 25,22% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$516 milhões em 2017 comparados a R\$690 milhões em 2016. Este resultado decorre, principalmente da menor variação do CDI, que foi de 9,93% em 2017 em comparação a 14,06% em 2016;

- redução do resultado líquido de variações cambiais sendo receita líquida de R\$4 milhões em 2017 comparado à receita líquida de R\$25 milhões em 2016. Este resultado decorre, substancialmente, da variação do dólar (valorização de 1,5% em 2017 e desvalorização de 16,54% em 2016);
- redução de 57,65% nas despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos sendo R\$72 milhões em 2017 comparados a R\$170 milhões em 2016. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (2,95% em 2017 em comparação a 6,29% em 2016);
- aumento da despesa de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo despesa líquida de R\$41 milhões em 2017 comparados a receita líquida de R\$204 milhões em 2016. O resultado apurado em 2016 foi impactado pelos efeitos do ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL, ocorrida em maio de 2016.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 23 destas demonstrações financeiras.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A Cemig Distribuição apurou, em 2017, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$31 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$148 milhões. Em 2016, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$103 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$427 milhões. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9b destas demonstrações financeiras.

### **Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

#### **Receita Operacional**

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

R\$ milhões	2016	2015 Reapresentado	Varição %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	16.687	16.515	1,04
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.741	1.500	16,07
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros	(1.455)	1.704	(185,39)
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.102	1.044	5,56
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8	576	(98,61)
Outras Receitas Operacionais	1.134	1.243	(8,77)
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(8.620)	(9.620)	(10,40)
	<b>10.597</b>	<b>12.962</b>	<b>(18,25)</b>

#### ***ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

##### **Despesa com Pessoal**

A despesa com Pessoal foi de R\$1.147 milhões em 2016 comparados a R\$1.000 milhões em 2015, representando um aumento de 14,70%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- Reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2016);
- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$64 milhões.

### **Participação dos Empregados e Administradores no Resultado**

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$10 milhões em 2016 comparada a R\$95 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

### **Provisões operacionais**

As provisões operacionais foram de R\$544 milhões em 2016 comparados a R\$209 milhões em 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$381 milhões em 2016 em comparação a R\$175 milhões em 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo aumento nas tarifas e também pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

Com relação às provisões para contingências, ocorreu um crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$92 milhões em 2016 em comparação a R\$7 milhões em 2015, devido principalmente à inclusão de novos processos com probabilidade de perda provável. Maiores informações na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **Obrigações Pós-Emprego**

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no valor de R\$231 milhões em 2016 em comparação a uma despesa de R\$121 milhões em 2015.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento do custo com o Fundo de Pensão e o Plano de Saúde em 2016. Além disso, foram efetuadas alterações no seguro de vida em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada gerou em uma redução nas obrigações pós-emprego de 2015, em contrapartida ao resultado, no montante de R\$45.892.

## ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

A Companhia apurou, em 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$103 milhões em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$427 milhões. Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$256 milhões em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$626 milhões. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### ***b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços***

#### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)**

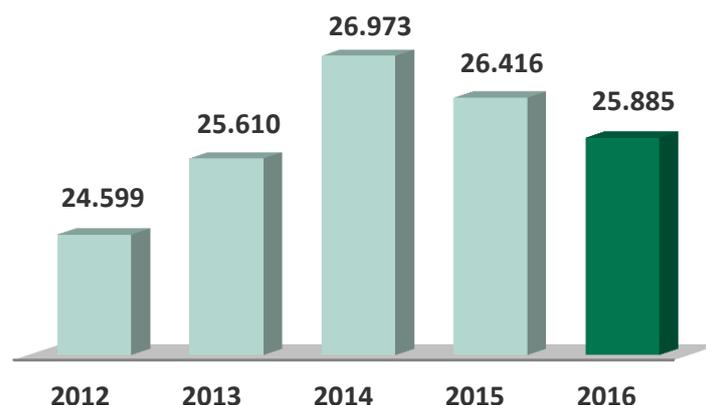
A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$16.687 milhões em 2016, em comparação a R\$16.515 milhões, no mesmo período de 2015, representando um aumento de 1,04%.

Os principais impactos na Receita em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Extraordinário da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- Redução de 2,01% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

## GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	GWh		
	2016	2015	Var %
Residencial	9.916	9.830	0,87
Industrial	3.195	3.757	(14,96)
Comércio, Serviços e Outros	5.711	6.027	(5,24)
Rural	3.575	3.380	5,77
Poder Público	886	892	(0,67)
Iluminação Pública	1.350	1.326	1,88
Serviço Público	1.252	1.204	3,95
<b>Total</b>	<b>25.885</b>	<b>26.416</b>	<b>(2,01)</b>

Destaca-se a redução de 14,96% na energia vendida para o segmento industrial principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 5,77% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

### **Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres**

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.741 milhões, comparada a R\$1.500 milhões em 2015, o que representou um aumento de 16,07%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- Impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;

- Aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

### **CVA e Outros Componentes Financeiros**

A Companhia reconhece, em suas Demonstrações Financeiras, a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Companhia, o que representou uma redução da receita de R\$1.455 milhões em 2016, em comparação a um aumento da receita de R\$1.704 milhões em 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **Receita de Construção**

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.102 milhões em 2016, comparados a R\$1.044 milhões em 2015, um aumento de 5,56%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### **Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão**

A Receita relacionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão foi de R\$8 milhões em 2016, comparados a R\$576 milhões em 2015. Essa variação deve-se à redução na estimativa dos ativos financeiros a serem indenizados ao final da concessão após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$8.620 milhões em 2016 comparados a R\$9.620 milhões em 2015 representando uma redução de 10,40%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

### **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.040 milhões em 2016 comparados a R\$2.845 milhões em 2015. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### **Encargos Do Consumidor Bandeiras Tarifárias**

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

### **Demais Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita**

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

### **Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)**

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$10.688 milhões em 2016, comparados a R\$11.749 milhões em 2015, representando uma redução de 9,03%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **Energia Elétrica Comprada para Revenda**

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.260 milhões em 2016 comparados a R\$6.993 milhões em 2015, uma redução de 24,78%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 36,90% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.586 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$4.098 milhões no exercício de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 34,03% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.144 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$1.734 milhões no exercício de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês em 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;

- Redução de 19,91% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$680 milhões em 2016 e R\$849 milhões em 2015).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **Encargos de Uso da Rede de Transmissão**

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$760 milhões em 2016 comparados a R\$813 milhões em 2015, representando uma redução de 6,52%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O Resultado Financeiro Líquido em 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$335 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$587 milhões em 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento de 29,64% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$713 milhões em 2016 comparados a R\$550 milhões em 2015. Este resultado decorre do aumento em 2016 do custo da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 14,06% em 2016 em comparação a 13,23% em 2015;
- Redução nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante de R\$34 milhões em 2016 comparados a R\$168 milhões em 2015. Este resultado decorre, substancialmente, da menor variação do Dólar em 2016 (desvalorização de 16,54% em 2016 em comparação à valorização de 47,01% em 2015);
- Aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$204 milhões em 2016 comparados a R\$68 milhões em 2015. O aumento dessa receita deve-se, principalmente, a ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016;

- Redução de 37,73% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$170 milhões em 2016 comparados a R\$273 milhões em 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (6,29% em 2016 em comparação a 10,67% em 2015).

Para mais informações, vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### **10.3 -Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016.

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 12 de maio de 2017 a Companhia aprovou a realização do aumento de capital no montante de R\$410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), através da integralização dos recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital-AFAC, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital tem o mérito de robustecer a estrutura de capital da Companhia, de modo a possibilitar redução das despesas financeiras atuais e as novas operações de financiamento e, da sua alavancagem financeira.

Desse modo, passará o Capital Social de R\$2.361.997.787,64 (dois bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 2.359.113.452 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, cento e treze mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$2.771.997.787,64 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 2.359.113.452 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, cento e treze mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No mais, não houve qualquer outro evento de constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia não passou por quaisquer eventos ou realizou quaisquer operações não usuais que pudessem interferir em suas demonstrações financeiras.

## 10.4

### (a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

#### 2018

##### *IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)*

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse pronunciamento ao exercício comparativo apresentado.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

##### *IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros*

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias

existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
<b>Ativos Financeiros</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de Subsídios Tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção Baixa Renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Valores a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos de contrato.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia adotou, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer.

A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

#### *ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão*

As alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 e IFRS9/CPC 48 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01. Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção passaram a ser registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados.

### **2017**

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis durante o exercício de 2017.

### **2016**

A Companhia objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;

- O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 07 de março de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

## (b) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

### 2018

#### *IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)*

A tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na demonstração do resultado e no balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Demonstração do Resultado	31/12/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	31/12/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
RECEITA LÍQUIDA (1)	13.801.186	(44.326)	13.756.860
CUSTOS OPERACIONAIS	(11.628.367)	-	(11.628.367)
DESPESAS OPERACIONAIS (1)	(1.234.314)	44.326	(1.189.988)
Resultado financeiro	(186.898)	-	(186.898)
Imposto de renda e contribuição social	(216.737)	-	(216.737)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>534.870</b>	<b>-</b>	<b>534.870</b>

Balanço Patrimonial	31/12/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	31/12/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	5.279.648	-	5.279.648
Ativo não circulante	13.637.431	-	13.637.431
Intangível (2)	9.408.232	(518.162)	8.890.070
Ativo de contrato (2)	-	518.162	518.162
Outros ativos não circulantes	4.229.199	-	4.229.199
<b>Passivo circulante</b>	<b>4.570.970</b>	<b>-</b>	<b>4.570.970</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>9.703.751</b>	<b>-</b>	<b>9.703.751</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.642.358</b>	<b>-</b>	<b>4.642.358</b>

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia (nota 7)	150.114
Tributos diferidos (nota 9b)	(51.038)
	<b>99.076</b>

### **2017**

Não houve alterações relevantes nas práticas contábeis durante o exercício de 2017.

### **2016**

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir, com os efeitos das mudanças apresentadas no item “a”:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – R\$ mil	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reclassificado
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>21.292.211</b>	<b>605.549</b>	<b>21.897.760</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.541.940)	-	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(998.756)	-	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)	-	(1.050.925)
	<u>(11.591.621)</u>	-	<u>(11.591.621)</u>
<b>OUTROS CUSTOS</b>			
Pessoal e Administradores	(1.143.290)	-	(1.143.290)
Materiais	(42.061)	-	(42.061)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(83.723)	-	(83.723)
Serviços de Terceiros	(739.768)	-	(739.768)
Depreciação e Amortização	(811.263)	-	(811.263)
Provisões Operacionais	(22.518)	-	(22.518)
Custo de Construção de Infraestrutura	(1.251.836)	-	(1.251.836)
Outras	(97.118)	-	(97.118)
	<u>(4.191.577)</u>	-	<u>(4.191.577)</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(15.783.198)</b>	<b>-</b>	<b>(15.783.198)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>5.509.013</b>	<b>605.549</b>	<b>6.114.562</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com Vendas	(175.595)	-	(175.595)
Despesas Gerais e Administrativas	(673.802)	-	(673.802)
Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais	(1.203.342)	-	(1.203.342)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(482.053)	-	(482.053)
	<u>(2.534.792)</u>	-	<u>(2.534.792)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	392.990	-	392.990
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	729.442	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	729.442
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>	<b>4.096.653</b>	<b>605.549</b>	<b>4.702.202</b>

Receitas Financeiras	1.469.277	(605.549)	863.728
Despesas Financeiras	(2.204.344)	-	(2.204.344)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>3.361.586</b>	<b>-</b>	<b>3.361.586</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(881.045)	-	(881.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.538)	-	(11.538)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.469.003</b>	<b>-</b>	<b>2.469.003</b>
<b>Total do resultado do exercício atribuído a:</b>			
Participação dos acionistas controladores	2.468.500	-	2.468.500
Participação de acionista não-controlador	503	-	503
	<b>2.469.003</b>	<b>-</b>	<b>2.469.003</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação preferencial</b>	<b>1,96</b>	<b>-</b>	<b>1,96</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação ordinária</b>	<b>1,96</b>	<b>-</b>	<b>1,96</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - R\$ mil</b>	<b>2015 Publicado</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>2015 Reapresentado</b>
<b>RECEITAS</b>			
Venda de Energia e Serviços	20.963.228	-	20.963.228
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.043.806	-	1.043.806
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-	575.631	575.631
Outras Receitas	3.477	-	3.477
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.872)	-	(174.872)
	<u>21.835.639</u>	<u>575.631</u>	<u>22.411.270</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.696.460)	-	(7.696.460)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(896.213)	-	(896.213)
Serviços de Terceiros	(1.077.613)	-	(1.077.613)
Materiais	(489.294)	-	(489.294)
Outros Custos Operacionais	(281.122)	29.918	(251.204)
	<u>(10.440.702)</u>	<u>29.918</u>	<u>(10.410.784)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>11.394.937</b>	<b>605.549</b>	<b>12.000.486</b>
<b>RETENÇÕES</b>			
Amortização	(443.766)	-	(443.766)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>10.951.171</b>	<b>605.549</b>	<b>11.556.720</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas Financeiras	1.148.437	(605.549)	542.888
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>12.099.608</b>	<b>-</b>	<b>12.099.608</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
		<b>%</b>	
<b>Empregados</b>	<b>1.135.875</b>	<b>9,39</b>	<b>1.135.875</b>
Remuneração Direta	836.513	6,92	836.513
Benefícios	249.184	2,06	249.184
FGTS	50.178	0,41	50.178
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>9.235.358</b>	<b>76,32</b>	<b>9.235.358</b>
Federais	5.572.298	46,05	5.572.298
Estaduais	3.660.399	30,25	3.660.399
Municipais	2.661	0,02	2.661
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.358.166</b>	<b>11,23</b>	<b>1.358.166</b>
Juros	1.279.985	10,58	1.279.985

Aluguéis	78.181	0,65	-	78.181	0,65
<b>Remuneração de Capital Próprio</b>	<b>370.209</b>	<b>3,06</b>	-	<b>370.209</b>	<b>3,06</b>
Juros sobre capital próprio	35.000	0,29	-	35.000	0,29
Dividendos	155.355	1,28	-	155.355	1,28
Lucros (Prejuízos) Retidos	179.854	1,49	-	179.854	1,49
	<b>12.099.608</b>	<b>100,00</b>	-	<b>12.099.608</b>	<b>100,00</b>

### (c) Ressalvas e Ênfases Presentes no Relatório do Auditor:

#### Ressalvas:

Os pareceres dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não contém ressalvas.

#### Ênfases:

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não constam parágrafos de ênfase.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2016, consta o seguinte parágrafo de ênfase:

#### Reapresentação dos valores correspondentes

*Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.*

Deve ser mencionado que a ênfase mencionada acima objetiva destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

## **10.5**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

## 10.6

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. Contratos de construção não terminada;
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem compra de energia elétrica e outros.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.352.514	1.415.678	1.380.762	1.440.308	1.532.335	45.655.893	52.777.490
Transporte de energia elétrica de Itaipu	233.341	236.682	219.903	207.010	217.238	6.962.103	8.076.277
Compra de energia - leilão	2.752.584	3.129.558	3.525.176	3.807.762	4.293.058	85.443.754	102.951.892
Compra de energia elétrica – Contratos bilaterais	314.486	332.955	348.756	365.741	384.785	468.823	2.215.546
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	266.557	284.752	291.133	305.241	320.625	12.431.621	13.899.929
Cotas de garantias físicas	857.819	895.955	933.799	978.886	1.028.103	39.889.838	44.584.400
Arrendamentos operacionais (1)	55.652	51.644	25.191	-	-	-	132.487
	<b>5.832.953</b>	<b>6.347.224</b>	<b>6.724.720</b>	<b>7.104.948</b>	<b>7.776.144</b>	<b>190.852.032</b>	<b>224.638.021</b>

### (b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras, que não tenham sido informados anteriormente.

## **10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6 deste Formulário de Referência, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda e transporte dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

- b) Natureza e o propósito da operação**

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

## 10.8

### a) Investimentos, incluindo:

#### i. *Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

- i. Além dos investimentos realizados pela CEMIG D, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a CEMIG D, deverá investir cerca de **R\$ 3.430,7 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

<b>Atividade</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>Programa Básico (1)</b>	1.078,4	1.259,2	1.093,1	3.430,7
Distribuição	1.078,4	1.259,2	1.093,1	3.430,7
<b>Total Geral (1)</b>	1.078,4	1.259,2	1.093,1	3.430,7

- (1) Valores estimados em moeda constante de junho/2019, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa, Cemig Distribuição. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; expansão do atendimento a clientes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (3) Os montantes planejados para os anos de 2019, 2020 e 2021 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

### iii. Desinvestimentos relevantes

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

**b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Não houve, no período, nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

## 10.9

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

## Anexo 6

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Cemig Distribuição S.A.**  
Belo Horizonte - MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses



Edifício Phelps Offices Towers  
Rua Antônio de Albuquerque, 156  
11º andar - Savassi  
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil  
Tel: +55 31 3232-2100  
Fax: +55 31 3232-2106  
ey.com.br

assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

*Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros*

Conforme mencionado na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado saldo ativo no montante de R\$1.080.693 mil relativo à Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros que referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos e aprovados anualmente pela ANEEL e aqueles que são efetivamente incorridos pela distribuidora ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou uma obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de apuração dos valores, que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações), amortização dos saldos homologados pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas, em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas e um elevado volume de inputs manuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado do saldo da Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros; (ii) conciliação entre os valores homologados e a homologar registrados contabilmente com as resoluções de reajuste tarifário emitidas anualmente pela ANEEL; (iii) inspeção, por amostragem, de documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### *Infraestrutura da concessão*

Conforme divulgado nas notas explicativas 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado ativo financeiro, ativo de contrato e intangível da concessão nos montantes de R\$395.743 mil, R\$518.162 mil e R\$8.890.070 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2018, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$726.713 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12, 13 e 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0